

SEGURANÇA HÍDRICA POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS NO CAMPO DO SANEAMENTO

ALEXANDRA FACCIOLLI MARTINS

Promotora de Justiça - MPSP

GAEMA - PCJ-Piracicaba

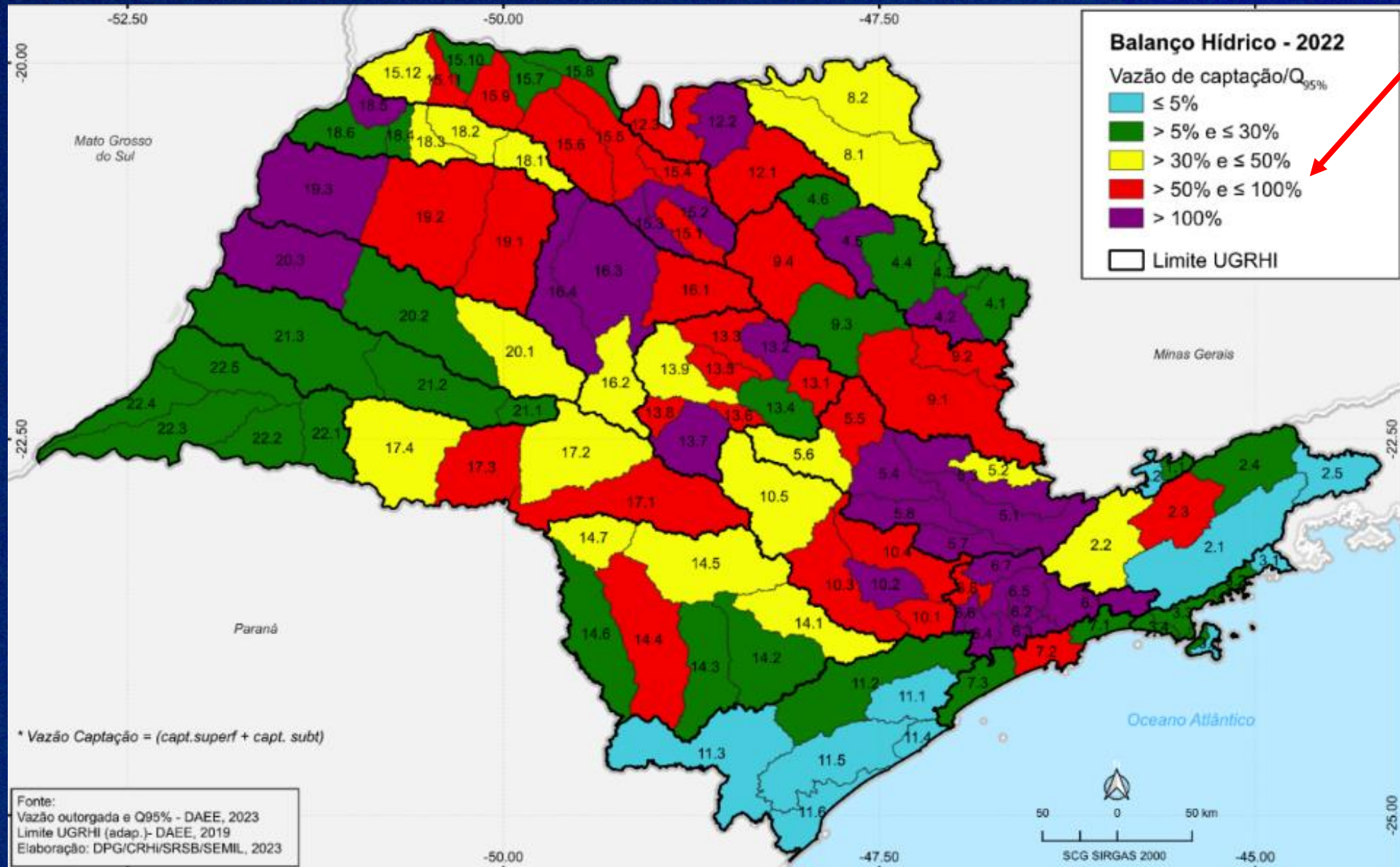


ANA (2024)

As projeções indicam que se pode ter **DIMINUIÇÕES DE ATÉ 40% NA DISPONIBILIDADE HÍDRICA JÁ EM 2040 nas principais regiões hidrográficas brasileiras**, além de um aumento substancial no número de **trechos de rios intermitentes no futuro nessas regiões**, com **impactos no abastecimento de água**, na geração de energia hidroelétrica, na agricultura de subsistência e na saúde. **Região Sul:** tendencia de aumento da disponibilidade e variabilidade.



SP - PERH 2024-2027 - BALANÇO HÍDRICO



PROJETO DE APOIO PARA O
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE
DE PREVENÇÃO E GESTÃO
DE CRISES HÍDRICAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ENGENHARIA CONSULTIVA
REFERENTES À ELABORAÇÃO
DE ESTUDOS E PROPOSTAS
PARA APERFEIÇOAR OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO
DE RECURSOS HÍDRICOS,
CONSIDERANDO SITUAÇÕES
DE CRISES HÍDRICAS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

DIAGNÓSTICO

Julho, 2022


cobrape

Os instrumentos de gestão e a
atual operacionalização da
gestão de recursos hídricos
NÃO SÃO ADEQUADOS
adequados para prevenir e
gerir crises hídricas no Estado
de São Paulo

Apesar de São Paulo ser
referência nacional na gestão
de recursos hídricos, **ainda há
muitos desafios para garantir a
segurança hídrica no Estado.**

SANEAMENTO BÁSICO (Lei Federal nº 11.445/07)

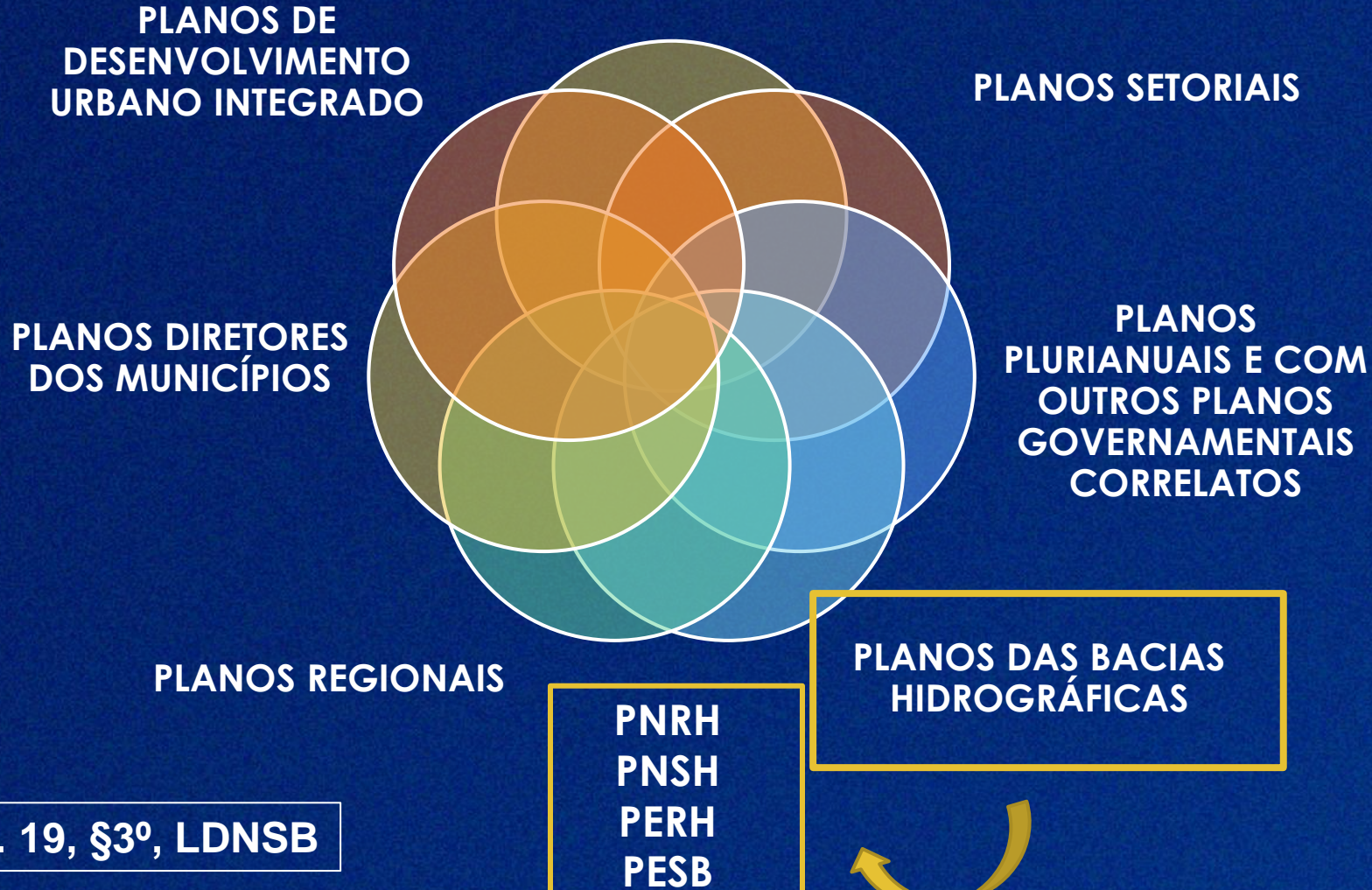
A POLÍTICA FEDERAL DE
SANEAMENTO SE BASEIA NOS
SEGUINTE PILARES:

- ✓ PLANEJAMENTO
- ✓ REGULAÇÃO
- ✓ PRESTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS
- ✓ FISCALIZAÇÃO
- ✓ CONTROLE SOCIAL



COMPATIBILIDADE E INTEGRAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANOS: QUEM FISCALIZARÁ?

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



OUTROS PLANOS:

- Plano de Saneamento Rural
- Plano de Contingência e Emergência (LDNSB)
- Planos de Contingências: (Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 – PNDC)
- Plano de Redução de Perdas
- Plano de Segurança da Água – PSA (Portaria MS 888/2021)
- Plano de Racionamento
- Plano de Amostragem (Portaria MS 888/2021)

ART. 19, §3º, LDNSB

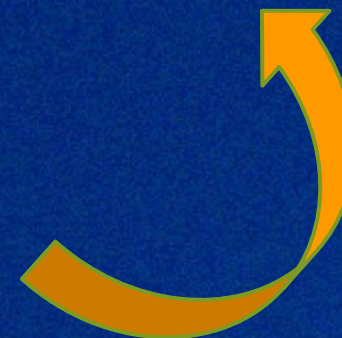
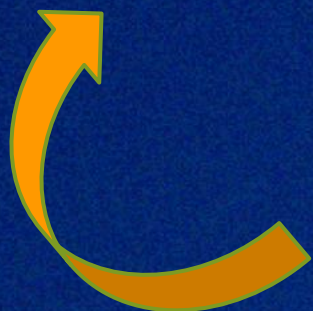
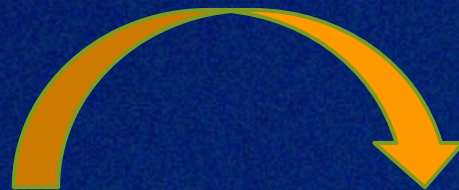
REVISÃO PMSB PRAZO:
31/12/2022

**PLANOS MUNICIPAIS
DE SANEAMENTO**

(art. 19 LDNS)

**CONTRATOS DE
SANEAMENTO**

**REGULAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO**



REGULAÇÃO:

- Obrigatória para a prestação direta ou indireta, por delegação (art. 8º, §5º, e art. 9º, II, da Lei nº 11.445/2007)
- Condição de validade dos contratos de saneamento (art. 11, III, da Lei 11.445/07)
- Definida pelo titular dos serviços de saneamento: o ato de delegação explicitará a forma de atuação e a abrangência das atividades (art. 23, §1º da Lei nº 11.445/2007)
- Compete à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, (art. 20, parágrafo único da Lei 11445/07)
- Constitui um dos objetivos da regulação garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico (art. 22, II, da Lei 11445/07)

NORMAS DE REFERÊNCIA - ANA

- **Resolução ANA 106/2021** - Aprova a **Norma de Referência ANA nº 2**, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a **padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão**, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, para incorporação das metas previstas no Art.11- da Lei nº11.445/2007, modificada pela Lei nº14.026/2020.
- **Resolução ANA 134/2022** - Disciplina **os requisitos e os procedimentos** a serem observados pelas entidades reguladoras infranacionais (ERIs) dos serviços públicos de saneamento básico, para a **comprovação da adoção das normas de referência (NRs)** estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), conforme disposto no §1º do artigo 4º-A e no §1º do 4º-B, da Lei nº 9.984/2000, alterada pela Lei nº 14.026/2020.
- **Resolução ANA 161/2023** - Aprova a **Norma de Referência ANA Nº 3** dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- **Resolução ANA 177/2024** - Aprova a **Norma de Referência nº 4/2024** que estabelece práticas de **governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais (ERIs)** que atuam no setor de saneamento básico.

NORMAS DE REFERÊNCIA - ANA

- **Resolução ANA 178/2024** - Aprova a **Norma de Referência ANA Nº 5/2024** para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a **matriz de riscos** para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- **Resolução ANA 183/2024** - Aprova a **Norma de Referência ANA Nº 6/2024**, que dispõe sobre os **modelos de regulação tarifária** dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- **Resolução ANA nº 186/2024** – Dispõe sobre o Programa de Qualidade Regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.
- **Resolução ANA 192/2024** - Aprova a **Norma de Referência nº 8/2024**, que dispõe sobre metas progressivas de universalização de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, indicadores de acesso e sistema de avaliação.
- **RESOLUÇÃO ANA Nº 211, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024** Aprova a Norma de Referência nº 9/2024, que dispõe sobre indicadores operacionais da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO INTEGRADA

- MELHORIA DA SEGURANÇA HÍDRICA E USO EFICIENTE E RACIONAL DA ÁGUA, EM TODOS OS SETORES;
- Efetiva implementação dos INSTRUMENTOS de gestão de recursos hídricos, de saneamento, de meio ambiente e saúde, com a articulação entre os órgãos e entes públicos nos diversos níveis;
- Maior integração e compatibilização das POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PLANOS de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo, de meio ambiente, de recursos hídricos e de saúde, ENTRE TODOS OS NÍVEIS (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
- Melhoria do planejamento e fortalecimento da REGULAÇÃO, com a adoção de mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos planos e dos contratos;
- Atuação coordenada dos órgãos de controle e fiscalização (ENTIDADES REGULADORAS, TRIBUNAIS DE CONTAS, MP, PODER LEGISLATIVO) para garantia do cumprimento das condições e metas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou regionais de saneamento básico

PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO INTEGRADA

➤ **MAIOR** compartilhamento, integração e gestão das informações, assegurada a ampla divulgação e **TRANSPARÊNCIA** das informações hídricas, ambientais e de saúde:
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

➤ Ampliação dos espaços de diálogo e de articulação permanente entre todos os stakeholders, inclusive com a interlocução permanente com os órgãos de controle e de fiscalização: **CONTROLE SOCIAL E PROCESSOS PARTICIPATIVOS INSTITUCIONALIZADOS: GOVERNANÇA HÍDRICA E AMBIENTAL ADAPTATIVA**

➤ Com as regionalizações da gestão do saneamento básico, novas instâncias de governança estão sendo criadas e serão responsáveis pelas funções de deliberar sobre a prestação dos serviços, a regulação, os planos regionais de saneamento básico e as formas e instrumentos de controle social.

➤ Integrar **POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA** (Lei nº 12187/2009) nos planejamentos nacional, estaduais e municipais: identificação de vulnerabilidades e a gestão do risco climático deverão ser levadas em consideração nas políticas setoriais e nas **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**.



ALEXANDRA FACCIOLLI MARTINS

- a) Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo desde 1996.
 - b) Designada desde 2012 para atuar junto ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – GAEMA - Núcleo XII - PCJ-Piracicaba;
 - c) Representante do Ministério Público junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (SP);
 - d) Coordenadora do 17º Núcleo Regional da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (Piracicaba);
 - e) Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP (2004);
 - f) Professora convidada de Cursos de Pós-Graduação (CEAF/ESMP e COGEAE/PUC);
 - g) Professora e palestrante, em cursos e eventos da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.
 - h) Integrante do Programa Internacional de Intercâmbio de Lideranças sobre Gestão de Águas a convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) (2016)
 - i) Membro da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público – CMA+CNMP
- alexfac@mpsp.mp.br**